



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
BRASIL

JUL-SET/22 | Nº 416 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO

WWW.SJSP.ORG.BR

ENTREVISTA

**Rubens Valente
critica condenação
pelo STF e enaltece
a solidariedade**

REPORTAGEM

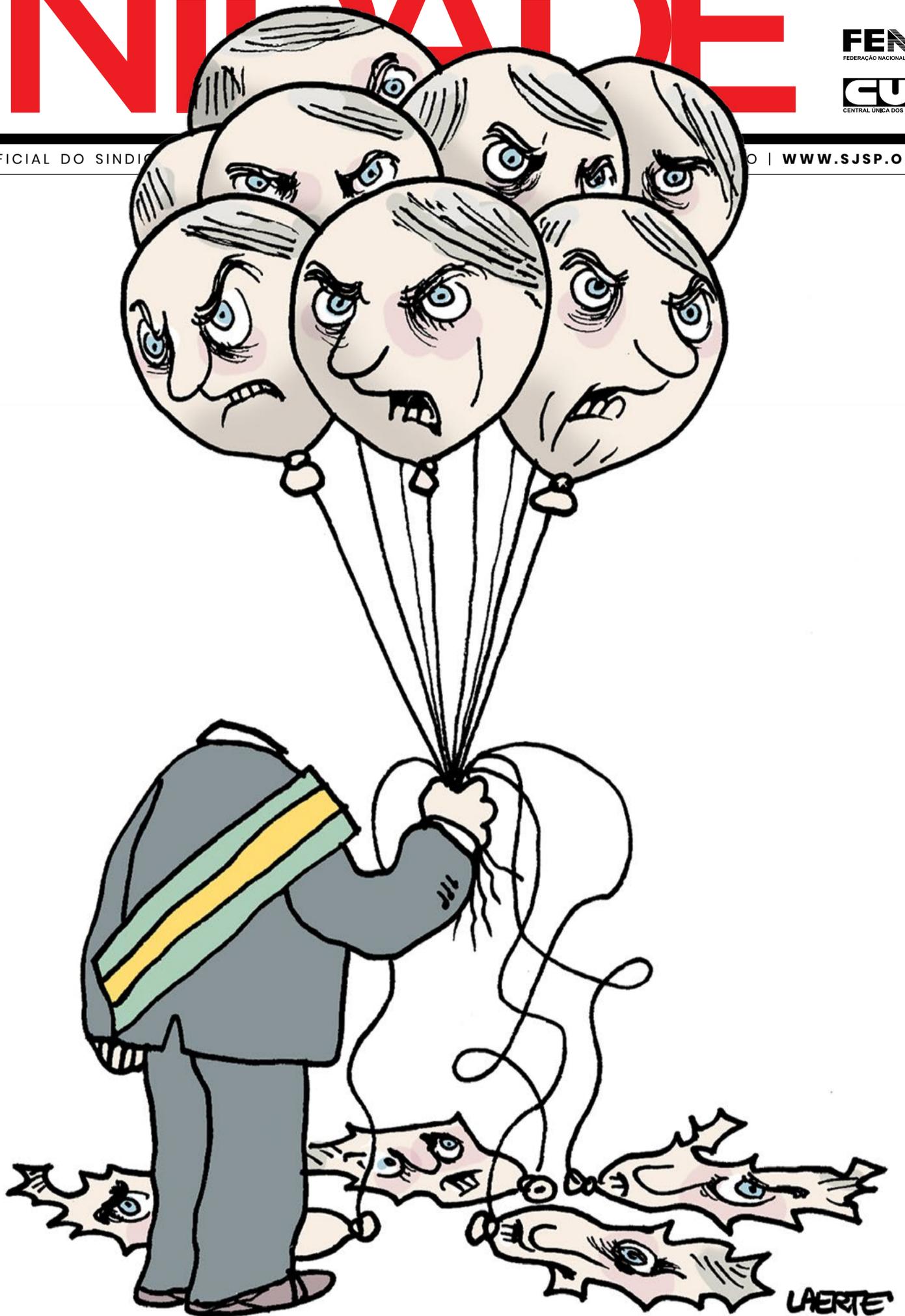
**Jornalistas relatam
desafios e riscos de
coberturas em
situações de conflito**

DESTAQUE

**Risco de extradição
de Assange põe em
xeque jornalismo
no mundo inteiro**

FOTOJORNALISMO

**InvisibiliDOWN dá
visibilidade a
crianças negras com
síndrome de Down**



CONDENADO

**BOLSONARO É CONSIDERADO CULPADO POR ASSÉDIO COLETIVO EM AÇÃO MOVIDA PELO SINDICATO.
DECISÃO CONTRA PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO É INÉDITA. CABE RECURSO**

EDITORIAL

Vai passar!

Querida leitora, querido leitor, quando esta edição do *Unidade* estiver em suas mãos, estaremos próximos das eleições gerais de 2022. E, se tudo der certo, o nosso próximo editorial começará desta maneira (pode anotar, promessa é dívida): ATÉ NUNCA MAIS, JAIR BOLSONARO!

Bem, cantar vitória antes da hora nunca é um ato prudente e sabemos de todas as incertezas e dificuldades que teremos até a

hora do anúncio do resultado das eleições. Mas uma coisa é certa: a classe trabalhadora, os sindicatos, partidos e movimentos populares têm o dever de atuar de maneira incessante para que Bolsonaro seja derrotado nas urnas e nas ruas — o que significa, claro, acabar com qualquer intento golpista antes, durante e após as eleições. Guarda alta, pés no chão, muito trabalho (e uma cervejinha, porque ninguém é de ferro) não fazem mal a ninguém...

E o que cabe a nós, jornalistas, nesta luta pela derrota do bolsonarismo e de seu projeto obscurantista e autoritário? Bem, bastante coisa! Afinal, desde o dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro elegeu nossa categoria como inimiga. Durante quatro anos, exercemos nosso ofício sob xingamentos, ridicularizações e ataques — principalmente de cunho misógino e homofóbico — desferidos pelo próprio presidente da República, simplesmente por realizarmos nosso trabalho jornalístico.

Como era de se esperar, a postura vinda do chefe do Poder Executivo estimulou seus apoiadores a fazer o mesmo contra a nossa categoria. De acordo com o último relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o estado de São Paulo registrou o maior número de ataques contra jornalistas em 2021: foram 45 casos documentados em um universo de 460 agressões de diferentes tipos registradas pelo país. Enfim, nos tornamos alvo principal dos desejos autoritários de silenciar a livre circulação de informações.

E em junho deste ano, nossa categoria sofreu uma dor profunda, uma das mais trágicas materializações do desastre provocado pelo bolsonarismo e por seus cúmplices. As mortes do jornalista Dom Philips e do indigenista Bruno Pereira são consequências diretas das ações e omissões de um governo que investe no caos institucionalizado e na violência como maneira de concretizar seu projeto de barbárie e submissão aos desejos de poucos privilegiados que não têm limites ou pudores em destruir direitos, massacrar a classe trabalhadora e exaurir nossos recursos naturais até o limite.

É por isso, companheira e companheiro jornalista, que precisamos nos levantar, unir forças e derrotar Bolsonaro. As mortes de Dom e de Bruno não podem ser em vão. Os quase 700 mil brasileiros e brasileiras que não estão mais conosco, por conta da criminosa gestão do governo federal durante a pandemia, não podem ser esquecidos. Nós temos lado e temos voto nestas eleições. Tudo isso vai passar. Tem que passar!

No último dia 11 de agosto, mais uma prova concreta que estamos juntas e juntos nesta tarefa: dezenas de jornalistas se reuniram na sede do Sindicato e saíram em caminhada com uma faixa escrita “Jornalistas Pela Democracia”, rumo ao Largo São Francisco, nos somando a diferentes entidades e à classe trabalhadora, pela defesa da democracia e na luta contra qualquer tipo de pretensão golpista de Bolsonaro. Temos certeza de que a esperança vencerá o ódio.

E por falar em esperança, nossa reportagem principal deste *Unidade* trata de um feito inédito para nós, jornalistas: nosso Sindicato conseguiu a condenação de Bolsonaro por danos morais coletivos à nossa categoria. Podemos dizer com segurança que o ocupante do Palácio do Planalto é um assediador e um agressor. Enfim, uma vitória que merece ser celebrada e dedicada a todas e todos os profissionais que exercem seu ofício com dignidade, mesmo em tempos tão difíceis. Vale aqui destacar o trabalho do Departamento Jurídico de nosso Sindicato, coordenado pelo dr. Raphael Maia, que para além desta conquista, está à disposição de toda a categoria para prestar assessoria jurídica em qualquer momento.

O Sindicato somos nós

Temos o maior orgulho de nosso Departamento Jurídico, assim como de todas as trabalhadoras e trabalhadores que ajudam a permanente construção de nosso Sindicato. Durante a pandemia, passamos por uma reforma em nossa sede para que os espaços ficassem mais adequados e modernos, sempre à disposição de nossa categoria. Mas a nossa entidade não é um prédio, uma instituição ou muito menos um cargo. O Sindicato somos todos nós, jornalistas, que se reúnem coletivamente para defender nossas pautas e lutar por dignidade, direitos, salários.

Ou seja, para este Sindicato existir, contamos necessariamente com o apoio de cada jornalista do estado de São Paulo. Para isso, a sindicalização é a ferramenta fundamental que dá sentido e garante a continuidade do trabalho de organizar todas as nossas lutas. Além, é claro, de uma questão bem concreta: como demonstra nosso balanço do primeiro semestre de 2022, temos mais despesas do que receitas, e necessitamos conquistar nossa autosustentação financeira.

Por conta disso, desde o final de julho lançamos oficialmente a Campanha de Sindicalização 2022. Temos uma meta ousada, mas que será plenamente factível se somarmos esforços coletivos: até o final deste ano, queremos que mais 500 jornalistas estejam ao nosso lado, com novos sindicalizados e sindicalizadas, além de jornalistas que desejarem voltar a participar de nossa entidade.

Se você está lendo este *Unidade*, é bem provável que você já seja sindicalizado(a) — afinal, nosso jornal chega às casas de todas e todos que contribuem mensalmente com o Sindicato. Mas seu papel também é fundamental para cumprirmos nosso objetivo de filiar centenas de jornalistas: é hora de colocar para jogar a sua lista de contatos e acionar amigas, amigos, colegas de redações, enfim... Chamar a categoria para a sindicalização!

Nos próximos meses, realizaremos visitas às redações e aos locais de trabalho, organizaremos eventos, atividades presenciais e virtuais e nos colocaremos à disposição de cada jornalista para tirar dúvidas e discutir o papel de nossa entidade. Estamos sempre disponíveis para ouvir a sua sugestão, que pode ser enviada por e-mail para presidencia@sjsp.org.br. Afinal de contas, o Sindicato se constrói entre todas e todos!

Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretor responsável Larissa Gould
Jornalista Adriana Franco **Edição de arte** Fábio Bosquê **Capa** Laerte (ilustração)
Revisão Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosquê, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfour, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nas-sif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobrelaja, CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji **Secretária-geral** Cândida Vieira **Finanças e Administração** Cláudio Soares **Interior** Solange Santana **Comunicação e Cultura** Eduardo Viné Boldt **Relações Sindicais e Sociais** José Eduardo de Souza **Sindicalização** Lillian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Guilherme Balza, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

REGIONAIS

ABCD Rossana Lana (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano, Vilma Amaro
Bauri Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão
Campinas Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha (licenciada), Reginaldo Cruz, Valério Paiva
Piracicaba Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Anunciato, Martin Vieira (licenciado), Paulo Roberto Botão
Ribeirão Preto Sérgio Sampaio (diretor regional), Fábio Benedito, Fernando Braga, João Moreira, Raphael Cruz Pena
Santos Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Oríguela, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres
Sorocaba Adriane Mendes (diretora regional), Fabiana Caraméz, Pedro Courbassier
Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida, Fernanda Soares

CONSELHO FISCAL

Fábio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linhares

COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier

Contato: comissaoeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br
unidade@sjsp.org.br
[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)
[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)
[@JornalistasSP](https://www.instagram.com/JornalistasSP)

DESTAQUE



FREEASSANGE-FICKR

Reino Unido aprova extradição de Assange

Prisão, envio para os EUA e possível condenação do australiano põem em xeque o livre exercício profissional dos jornalistas em todo o mundo

por Adriana Franco

Antes mesmo que o governo britânico assinasse a ordem para extraditar Julian Assange para os Estados Unidos, em 17 de junho, entidades internacionais em defesa do jornalismo e da liberdade de expressão se uniam em campanhas internacionais pela libertação do jornalista e em defesa do jornalismo e da liberdade de imprensa.

A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), a Anistia Internacional e a Repórteres sem Fronteiras (RSF) reforçam que a extradição e o indiciamento de Assange representam um precedente ameaçador para a liberdade de imprensa e o exercício profissional do jornalismo em todo o mundo.

Para a FIJ, a perseguição dos EUA a Assange representa uma grave ameaça aos princípios fundamentais da democracia e abre um perigoso precedente de que jornalistas de qualquer país possam ser alvos de governos, em qualquer lugar do mundo, por publicarem informações de interesse público.

Além disso, a FIJ reforça que a ativista Chelsea Manning, que colaborou com Assange na divulgação das informações de crimes de guerra cometidos por militares estadunidenses no Iraque e no Afeganistão, teve sua pena de 35 anos de prisão convertida, pelo então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em sete anos de confinamento, desde a data em que foi detida pelas autoridades militares.

Manning está em liberdade desde 2017. A FIJ lembra ainda que nenhum dos meios de comunicação associados ao WikiLeaks foram processados judicialmente pelo governo estadunidense.

Além do recado ameaçador aos jornalistas de todo o mundo, a Anistia Internacional teme pela vida de Assange. “Se a extradição prosseguir, a Anistia Internacional está extremamente preocupada que Assange enfrente um alto risco de confinamento solitário prolongado, o que violaria a proibição de tortura ou outros maus-tratos. As garantias diplomáticas fornecidas pelos EUA de que Assange não será mantido em confinamento solitário não podem ser levadas em consideração”, disse Agnes Callamard, secretária geral da Anistia Internacional.

Para a RSF, Julian Assange está sendo tratado como um bode expiatório, uma vez que seu caso pode se tornar um precedente contra o jornalismo e a liberdade de imprensa ao ser processado com base na Lei de Espionagem, que não permite que as informações divulgadas sejam consideradas de interesse público. “Essa jurisprudência pode ser aplicada a qualquer jornalista, denunciante ou fonte que revele informações classificadas como confidenciais, o que teria um efeito particularmente dissuasivo em escala internacional”, alega a entidade em seu site.

A Repórteres Sem Fronteiras responsabiliza tanto os Estados Unidos quanto o Reino Unido por ferir o jornalismo e a

Manifestação em Londres integra campanha pela libertação de Assange e pela liberdade de imprensa

liberdade de imprensa. Embora o processo contra Julian Assange seja movido pelos EUA, é o Reino Unido que detém o jornalista há mais de três anos em prisão de alta segurança, violando o compromisso firmado de promover e proteger a liberdade dos meios de comunicação.

Campanhas pela liberdade de Assange

Antes do pedido de extradição ser aceito, a Repórteres Sem Fronteiras tentou entregar à ministra do Interior do Reino Unido, Priti Patel, a petição #FreeAssange, com 64 mil assinaturas, que pede a não aceitação da ordem de extradição e que o Reino Unido aja em defesa do jornalismo e da liberdade de imprensa, libertando Assange. O Ministério, no entanto, recusou-se a receber o documento, que foi enviado por e-mail e pelo correio, junto com uma carta assinada por outras ONGs.

Representantes da RSF também entregaram a mesma petição em embaixadas britânicas em Washington, Paris, Berlin, Madri, Argel e no consulado no Rio de Janeiro.

A campanha da FIJ reivindica que o governo dos Estados Unidos retire as acusações contra Julian Assange e permita o retorno ao seu país para viver com sua esposa e filhos. A FIJ pede ainda que sindicatos de jornalistas e organizações em defesa da liberdade de imprensa de todo o mundo instem seus governos a atuar pela liberdade de Assange.

Já o pedido da Anistia Internacional é pela libertação de Assange, bem como pela não extradição do jornalista pelo Reino Unido e a retirada das acusações pelos Estados Unidos.

Cenário nacional

No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e outras entidades, tais como Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a Associação Profissional Jornalista (APJor) e a Assembleia Internacional dos Povos (API), classificam a decisão como um duro golpe contra a liberdade de imprensa.

Assim como a FIJ, as entidades denunciam que a decisão em de processar e extraditar Assange é um precedente perigoso que pode ser aplicado a qualquer jornalista ou meio de comunicação, que publique notícias baseadas no vazamento de informações de interesse público.

Em campanha unificada, as entidades instam para que a Austrália assegure a integridade de Assange, que é cidadão australiano. E pedem ainda que o governo britânico reveja a decisão com base nos critérios da liberdade de imprensa e seus desdobramentos para o jornalismo mundial. Por fim, conclamam todos/as os/as jornalistas a apoiarem Julian Assange e a defesa intransigente do exercício profissional. ■

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS JORNALISTAS ADVERTE QUE PROFISSIONAIS DE IMPRENSA PODEM SER PERSEGUIDOS POR PUBLICAREM INFORMAÇÕES DE INTERESSÉ PÚBLICO

CAPA



JUSTIÇA CONDENA AGRESSOR

AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA PELO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO, POR DANOS MORAIS COLETIVOS, DERROTOU O PRESIDENTE DA REPÚBLICA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. BOLSONARO RECORREU

por Priscilla Chandretti

“O

réu manifesta, com violência verbal, seu ódio, desprezo e intolerância contra os profissionais da imprensa, desqualificando-os e desprezando-os, o que configura manifesta prática de discurso de ódio, e evidentemente extrapola todos os limites da liberdade de

expressão garantida constitucionalmente.” As palavras são da juíza de Direito Tamara Hochgreb Matos, da 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, e foram retiradas de uma sentença judicial.

Ao escrever réu, ela se refere a Jair Bolsonaro, que hoje ocupa o cargo de presidente da República.

Em 7 de abril de 2021, Dia do Jornalista, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) ajuizou uma ação civil pública denunciando Bolsonaro por suas reiteradas ofensas e agressões, o que caracteriza, para o SJSP, uma prática de assédio moral sistemática contra toda a categoria profissional, ao afrontar a imagem e a honra dos trabalhadores de maneira indistinta.

DECISÃO INÉDITA PELOS DANOS CAUSADOS A UMA CATEGORIA POR UM PRESIDENTE EM EXERCÍCIO FORTALECE O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA OS JORNALISTAS

Paulo Zocchi, vice-presidente da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), era o presidente do SJSP no momento em que a ação foi preparada e iniciada. Ele explica que o fato de Bolsonaro ser um agressor contumaz contra nossa categoria tem um motivo bem simples: “Ele não tolera que a população brasileira tenha direito a uma informação bem apurada. Tem uma ação política baseada em fake news, em manipulações, e o tempo todo esconde o real motivo das coisas que faz. Por isso é inimigo da liberdade de imprensa e dos profissionais da imprensa. É intolerável a quantidade de vezes e a frequência com que o presidente da República agride a categoria e ofende os jornalistas profissionais. Por isso, nosso sindicato decidiu agir.”

Para embasar a ação, o Departamento Jurídico do SJSP se baseou em levantamentos da Fenaj, a qual registrou 175 ataques à imprensa por parte de Bolsonaro só em 2020, e da organização Repórteres sem Fronteiras (RSF), que mapeou 103 insultos contra jornalistas no mesmo ano, da ONG internacional Artigo 19 e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). E organizou uma extensa documentação de ataques de Bolsonaro a jornalistas de todo o país, com foco em São Paulo.

O coordenador jurídico do Sindicato, o advogado Raphael Maia, explica que não houve na primeira instância, por parte da defesa de Bolsonaro, nenhuma refutação dos fatos apresentados na petição inicial. Ele entende que “a defesa adotou uma linha genérica do direito de liberdade de expressão, sem contestar ou tentar impugnar nenhum dos episódios atribuídos por esta entidade”. De outra forma, admitindo-os. Apenas buscou defender seu direito de emitir tais ofensas, afirmando que não eram ilícitas.

Assim, um ano depois, em 7 de abril de 22, a juíza julgou “comprovada” a acusação de que o réu, reiteradamente, manifesta-se de forma hostil e belicosa contra a categoria. Como condenação, determinou uma multa de R\$ 100.000,00, com correção monetária e juros, a serem revertidos para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos.

Raphael Maia explica que uma decisão como essa é inédita. “Qualquer condenação por assédio moral coletivo já é muito rara, ainda mais a condenação de um presidente da República em exercício, por assédio contra uma categoria profissional.”

Thiago Tanji, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, comemora a sentença condenatória. “A decisão é judicial, mas damos a ela, também um significado político, no sentido de que dá força ao combate contra agressões e ataques aos jornalistas. Porque mostra que é inadmissível que qualquer pessoa realize ataques pessoais aos profissionais. E nós vamos usar todos os instrumentos possíveis para defender essa posição.”

Acusada de promover fake news por um texto que nem tinha escrito, a jornalista Bianca Santana também foi vitoriosa em ação contra o presidente

Bolsonaro recorreu

A defesa de Jair Bolsonaro apresentou recurso da decisão à segunda instância, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em 28 de julho. O documento dedica longas páginas para definir a liberdade de expressão como direito fundamental, afirmando, por exemplo, que “a atividade de imprensa não é isenta de críticas, mesmo aquelas ácidas e jocosas”.

A alegação, em tese, parece correta. O SJSP sempre afirmou que todo conteúdo jornalístico pode ser alvo de escrutínio e crítica, como inclusive esta entidade já o fez. Ocorre que nenhuma dessas premissas tem relação alguma com os fatos apontados como de autoria do réu, os quais novamente não foram contestados pela defesa.

Os fatos, na verdade, comprovam que a atividade sistemática de Bolsonaro não é a de crítica à atividade de imprensa, mas a de ofensas pessoais, ataques à honra de indivíduos (repetidos tantas vezes que se transformam num ataque coletivo continuado) ou de um conjunto de profissionais. É o caso das jornalistas **Daniela Lima**, a quem o presidente se referiu como “quadrúpede”, e **Vera Magalhães**, chamada de mentirosa e divulgadora de fake news por uma informação que, na verdade, ela nunca divulgou.

É também o exemplo da jornalista **Bianca Santana**, que viu seu nome ser citado por Bolsonaro em uma de suas transmissões ao vivo em seu canal de YouTube, em maio de 2020. Como no caso de Vera, o presidente a acusava de fake news por uma matéria que ela nunca escreveu.

“Atacar a imprensa de diversas formas é prática do Bolsonaro e de governos de extrema direita no mundo, e eles fazem isso de formas diferentes, o que inclui jogar com a reputação da pessoa. Foi o que aconteceu comigo. Quando ele diz que eu escrevi uma fake news, e cita um texto que nunca foi escrito por mim, parece bem estratégico. É uma tentativa de atacar a minha credibilidade. Se eu escrevo fake news num caso específico, significa que qualquer coisa que eu escreva, qualquer informação que produza, não é confiável”, explica Bianca. Na semana da transmissão em que foi citada, um artigo da jornalista havia abordado a ligação de amigos de Bolsonaro com o assassinato de Marielle Franco.

Bianca também impetrou uma ação por danos morais contra Bolsonaro, essa de caráter individual. O presidente foi condenado, já em segunda instância, a indenizá-la em R\$ 10 mil, valor que ela pretende doar ao Instituto Marielle Franco. Bolsonaro recorreu.



CAPA



Patrícia Campos Mello foi alvo de comentários sórdidos e obteve ganhos de causa em processos contra o presidente e um de seus filhos

Xenofobia, misoginia, homofobia

A defesa de Bolsonaro também afirma que, ao contrário do que sentenciou a juíza Tamara Hochgreb Matos, ele não cometeu ato ilícito. Novamente, escondendo-se atrás do escudo da liberdade de expressão.

O Sindicato dos Jornalistas sustenta que a liberdade de expressão de forma alguma contempla ou pode vir a contemplar o direito a discurso homofóbico, misógino ou xenófobo. Essa é a característica predominante do discurso de ódio de Bolsonaro contra os jornalistas do estado de São Paulo.

Como explica Paulo Zocchi, “ele expressa o que há de pior na sociedade brasileira, em termos de preconceito, de opressão e violência. No rol de agressões que nossa ação descreve, aparece tudo isso. E, de forma destacada, a misoginia, agressões a jornalistas mulheres simplesmente por serem mulheres, tentando calá-las ou diminuí-las”.

O caso mais notório é o de **Patrícia Campos Mello**. Em fevereiro de 2020, Bolsonaro fez a afirmação sórdida de que a jornalista “queria dar o furo a qualquer preço contra mim”. Em junho, o Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a condenação por danos morais, e aumentou a indenização fixada na primeira instância para R\$ 35 mil, em ação movida por Patrícia.

A jornalista também move ação contra um dos filhos de Jair, Eduardo Bolsonaro, por afirmações difamatórias com o mesmo cunho, o de que Patrícia “tentava seduzir para obter informações que fossem prejudiciais ao presidente”. Até o momento, Eduardo está condenado a uma indenização de R\$ 30 mil.

A declaração ultrajante de Jair Bolsonaro tornou-se, na prática, uma injúria contra o conjunto das mulheres jornalistas. As redes bolsonaristas passaram a difundir vídeos acusando as repórteres da *Folha de S. Paulo* de se insinuarem sexualmente em troca de informações, retomando o duplo sentido de “furo”.

Já no caso da jornalista **Thaís Oyama**, Bolsonaro decidiu investir contra a origem imigrante da família da profissional (e isso partindo de alguém cuja família também imigrou para o Brasil). Após Thaís publicar um livro sobre o primeiro ano de governo, se referiu a ela como “essa japonesa, que eu não sei o que faz no Brasil”, uma clara demonstração de discriminação contra os imigrantes, buscando excluí-los da participação na sociedade brasileira.

A jornalista explica que a declaração xenófoba, mais do que tê-la afetado pessoalmente, “ofendeu muitos membros da comunidade japonesa que têm grande orgulho de terem ajudado a construir o Brasil, se consideram brasileiros. Então, quando o presidente disse o que disse, desconsiderou isso e fez com que fossem aliados do país que eles consideram deles.”

COM A ELEIÇÃO EM OUTUBRO, A PROTEÇÃO DOS JORNALISTAS É UMA QUESTÃO CENTRAL, E AS ENTIDADES SINDICAIS VÃO ESTAR EMPENHADAS EM AJUDAR A CATEGORIA



Para Thaís Oyama, também atacada por Bolsonaro, “a iniciativa do Sindicato é corajosa, valerosa, e é acima de tudo necessária”

Batalha pela liberdade de imprensa

Em seu recurso, a defesa de Jair Bolsonaro acaba revelando uma visão turva da liberdade de imprensa, formulando que seu único contraponto seria a censura – o que só teria ocorrido se o réu “tivesse impedido, institucionalmente, que os veículos de comunicação pudessem noticiar e informar a população”, segundo as palavras da defesa.

Quando Bolsonaro responde a uma pergunta feita por um jornalista afirmando “minha vontade é encher tua boca com uma porrada, tá!”, não tenta cercear o trabalho jornalístico, mesmo que por meios não institucionais?

Quando responde à outra pergunta, da repórter **Laurene Santos**, mandando “calar a boca”, não é a tentativa de impedir uma profissional da imprensa?

Hochgreb Matos julgou que “os ataques reiterados e agressivos do réu à categoria dos jornalistas profissionais, (...) evidentemente extrapolam seu direito à liberdade de expressão e importam assédio moral coletivo contra toda a categoria de jornalistas, atentando contra a própria liberdade de imprensa e a democracia, porquanto têm o condão de causar temor nos profissionais da imprensa, muitas vezes atacados moral e até fisicamente pelos apoiadores do requerido, que o têm como exemplo.”

Thaís acredita que “a iniciativa do Sindicato é corajosa, valerosa, e é acima de tudo necessária, porque, ao defender a liberdade de imprensa, o Sindicato está defendendo na verdade a democracia. O mesmo vale para o presidente: ao atacar a liberdade de imprensa, ele está atacando a democracia. E o Sindicato está também dando voz tanto aos jornalistas que têm mais visibilidade quanto àqueles que, por estarem em regiões mais remotas e distantes dos grandes centros, não têm tanta visibilidade e voz, mas estão igualmente sujeitos a este tipo de ação por parte do presidente e dos seus aliados”.

Às vésperas do processo eleitoral nacional, quando todos os sinais indicam uma escalada do discurso de ódio e da violência por parte de Bolsonaro e do bolsonarismo, todos os instrumentos que ajudem de alguma forma a combater as agressões contra os jornalistas são bem vindos.

Para Zocchi, “tudo que estamos vendo exige que nossa categoria tenha consciência disso e discuta quais são as maneiras que ela tem para se proteger nessa situação”. Ele explica que tanto o Sindicato e quanto a Federação fazem uma ação permanente de proteção dos jornalistas e de defesa do exercício jornalístico há muitos anos, e têm uma discussão e uma série de medidas acumuladas nesse sentido, que envolvem apoio jurídico e institucional aos trabalhadores, se dirigir às empresas de comunicação para que também assumam sua responsabilidade na proteção dos profissionais, e outras.

“Estamos dispostos, sempre, a fazer reuniões com a categoria e debater novas medidas a partir da situação concreta. Nessas semanas que antecedem a eleição, e mesmo depois, essa é uma questão central, da nossa máxima preocupação, e as entidades vão estar empenhadas em ajudar a categoria”, conclui. ■



ARQUIVO PESSOAL

Raphael Maia:
“Condenação por assédio moral coletivo é muito rara, ainda mais de um presidente da República, contra uma categoria profissional”

ENTREVISTA

Atuação jurídica

Ação vitoriosa foi movida pelo Sindicato dos Jornalistas de SP após discussão na Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

Ação civil pública contra Bolsonaro por danos morais coletivos teve origem em um debate feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e, a partir dessa discussão, o Sindicato de São Paulo se dispôs a mobilizar seu Departamento Jurídico. No processo de montagem da petição inicial, chegou-se à conclusão de que a existência de outra ação judicial de danos morais contra o presidente, envolvendo várias entidades da sociedade civil e da qual a Fenaj faz parte como autora, impedia que a Federação pudesse mover novo processo com o mesmo objetivo.

Logo, nosso Sindicato se dispôs a assumir esse papel.

Por isso, ao construir o rol de casos apresentados na ação como prova do assédio moral coletivo, além de incluir ofensas graves a profissionais de todo o Brasil, foi preciso dedicar especial atenção àquelas cometidas contra jornalistas profissionais da base territorial do SJSP, que nosso sindicato tem legitimidade para defender.

Cabe registrar que o Departamento Jurídico do Sindicato tem atuação especializada em direito trabalhista (decorrente da natureza de uma entidade sindical). Mas a equipe dos advogados do SJSP tem crescentemente se capacitado para atuar em outras áreas, como do direito cível e econômico, por exemplo. A condenação de Jair Bolsonaro em primeira instância mostra o esforço e êxito desta equipe.

O advogado Raphael Maia, que há dez anos coordena o Departamento Jurídico do SJSP, conversou com o *Unidade* sobre o processo contra o presidente da República.



**JUSTIÇA CONDENA
 AGRESSOR**

Como foi para a equipe jurídica do SJSP preparar essa ação e, depois, receber a sentença da primeira instância?

Foi uma grande responsabilidade elaborar essa ação. E, com o passar do tempo, ao tomarmos contato mais de perto com as inúmeras manifestações desabonadoras do presidente contra os profissionais de imprensa e sua repercussão negativa na vida dos jornalistas por todo o Brasil, entendemos que o resultado do nosso trabalho poderia ajudar a coibir que outras pessoas se sentissem estimuladas pelo comportamento do presidente da República a também atacar os jornalistas, seja nas redes sociais ou nas ruas.

Portanto, o saldo positivo dessa ação é que, não obstante ainda caiba recurso, podemos afirmar que Bolsonaro é um condenado por assédio a uma categoria profissional. E que qualquer um que ousar a repetir tal conduta será também processado por este Sindicato.

A defesa do Bolsonaro se atém ao argumento da liberdade de expressão e do direito de crítica. Por que essa alegação não vale?

A argumentação do Bolsonaro não foi considerada porque a Justiça entendeu que houve, na verdade, um abuso do direito de expressão. Mesmo a liberdade de expressão não é um valor absoluto, deve ser sopesado com outros. Então, à medida que ele usa o direito de expressão para efetuar ataques e descredibilizações frequentes contra uma categoria profissional, ora de forma subjetiva, referindo-se à categoria como um todo, ora nomeando alguns jornalistas, ele abusa desse direito.

Ele, como maior autoridade do país, tem que dar o exemplo e saber que suas falas e manifestações têm reflexo nos seus milhares, milhões de seguidores.

Essa é uma decisão excepcional: um sindicato de trabalhadores conseguiu, em primeira instância, a condenação do presidente em exercício. Outras duas jornalistas, Bianca Santana e Patrícia Campos Mello, também estão ganhando ações de danos morais contra Bolsonaro. Qual lição podemos tirar desses exemplos?

O que é inédito na decisão da nossa ação é o seguinte: é uma condenação de um presidente em exercício, por uma entidade de classe, por assédio moral coletivo. Qualquer condenação por assédio moral coletivo é muito rara, ainda mais de um presidente da República, contra uma categoria profissional.

É a demonstração de que tudo tem limite. Mesmo a maior autoridade do país está sujeita às leis e regras de convivência. Isso mostra que todos os jornalistas devem estar perto do Sindicato para poder valer seus direitos e se defender dos ataques, seja do presidente da República, seja do governo, do vereador, do prefeito, do chefe de alguma instituição. Qualquer pessoa, mesmo que seja uma “autoridade”, a quem o jornalista possa ter desagradado em virtude de ter exercido seu trabalho, se essa pessoa do outro lado abusar do seu direito, esse jornalista sabe que pode tomar medidas. ■

DIREITO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NÃO SE CONFUNDE COM A PRÁTICA DE ATAQUES E OFENSAS A JORNALISTAS, QUE CONSTITUEM ASSÉDIO MORAL COLETIVO À CATEGORIA

SINDICAL

Fenaj elege nova diretoria

Estado de São Paulo conta com cinco representantes na direção e um membro na Comissão Nacional de Ética

por Adriana Franco

Valorização da categoria de jornalistas, atualização da regulamentação profissional, estabelecimento de um piso nacional, criação do Conselho Federal de Jornalistas, aprovação da PEC do Diploma, taxação das plataformas digitais e criação do Fundo de Apoio ao Fomento do Jornalismo serão as lutas encampadas pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) no próximo triênio sob o comando da diretoria eleita no final de julho.

A nova direção compunha a chapa Unidade na Luta, única a concorrer ao pleito, e foi eleita com 97,16% dos votos. Brancos e nulos não chegaram a 3%. Ao todo, 2.010 jornalistas de todo o país participaram da eleição.

Samira de Castro assume a presidência em um momento de ataques à democracia, aos jornalistas e ao jornalismo. Para ela, esse é um dos momentos mais desafiadores para se exercer a profissão e organizar a categoria coletivamente. Neste sentido, a primeira ação da nova direção é atuar para resguardar a segurança e garantir o livre exercício profissional durante as eleições de 2022. Para isso, a Fenaj, juntamente com outras organizações do campo do jornalismo e do direito humano à comunicação, tem se organizado para atuar perante tribunais regionais eleitorais e ministérios públicos estaduais, Tribunal Superior Eleitoral e Ministério Público Federal.

“Nosso trabalho depende muito do feedback da categoria, então é necessário que os e as jornalistas, ao serem vítimas do cerceamento do exercício profissional ou de qualquer tipo de violência ou ameaça, online ou offline, informe ao seu Sindicato para que possa cobrar das entidades competentes o acompanhamento desses casos de violência e a punição dos responsáveis. Há um trabalho extremamente pedagógico a ser feito com os colegas no sentido que não deixem de denunciar a violência sofrida, não deixem de registrar boletim de ocorrência para que nós, as entidades representativas, possamos cobrar as autoridades”, pontuou Samira.

O pleito elegeu ainda cinco membros para a Comissão Nacional de Ética. Vera Dayse Barcellos, Beth Costa, Suzana Tatagiba, Franklin Valverde e Osinaldo Moraes foram os eleitos. Já Antônio Paulo Santos será suplente da CNE. Cada votante poderia votar em até cinco membros entre os seis candidatos. Franklin Valverde representou São Paulo na disputa.

Nova diretoria

São Paulo conta com cinco representantes na nova diretoria. O ex-presidente do SJSP, Paulo Zocchi, foi eleito vice-presidente; Márcia Quintanilha, diretora de base da regional Campinas do SJSP, elegeu-se secretária de Mobilização em Assessoria de Comunicação; Guto Camargo, ex-presidente do SJSP, assumirá o cargo de secretário de Mobilização dos Jornalistas em Produção de Imagem; Norian Segatto, membro do Conselho Fiscal do SJSP, foi eleito secretário de Saúde e Segurança, e o atual presidente do Sindicato, Thiago Tanji, secretário-adjunto de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral.

Conheça mais sobre os membros da nova diretoria da Fenaj do estado de SP:

Paulo Zocchi, vice-presidente

Formado pela ECA-USP, atuou no jornal *O Trabalho*, na *Folha*, na TV Bandeirantes e está na editora Abril.

Márcia Quintanilha, secretária de Mobilização em Assessoria de Comunicação

Formada pela PUC Campinas, trabalhou nas rádios Andorinha FM, Antena 1 e Rádio Central AM e Nova FM. Coordena campanhas políticas e faz assessoria de comunicação para vereadores de Campinas.

Guto Camargo, secretário de Mobilização dos Jornalistas em Produção de Imagem

Trabalhou como diagramador no *Diário Popular*, *Shopping News*, *Diário do Comércio e Indústria*, *Gazeta Mercantil*, e em jornais de sindicatos e associações. Atualmente é web designer do *Diário do Comércio*.

Norian Segatto, secretário de Saúde e Segurança

Já trabalhou em importantes veículos da imprensa sindical, na CUT Nacional, Sindicato dos Bancários, dos Químicos, Petroleiros e Psicólogos, e atua como editor de livros.

Thiago Tanji, secretário-adjunto de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral

Formado pela Faculdade Cásper Líbero, passou pela revista *INFO*, da Editora Abril, e é jornalista na Editora Globo, atuando na revista *Autoesporte*. ■

Campanha de Sindicalização 2022

O Sindicato dos Jornalistas deu início à Campanha de Sindicalização, com a meta de aumentar até o fim do ano em 500 o número de associados. O esforço faz parte das iniciativas para dar continuidade à sustentação material da entidade

Em uma primeira vez em duas décadas que o Sindicato inicia o ano sem dívidas, o SJSP tem a necessidade de aumentar as receitas para que seja possível dar conta de todas as despesas previstas no próximo período. Além de encaminhar as negociações salariais em três campanhas distintas, o Sindicato pretende atuar para garantir condições dignas de trabalho e atuar em defesa dos profissionais que farão as importantes coberturas do segundo semestre, como eleições e Copa do Mundo. Diante do cenário polarizado, as questões de segurança dos profissionais e a garantia do livre exercício profissional demandarão esforços do Sindicato.

“Diante dos muitos desafios pela frente, precisamos investir ainda mais na luta coletiva e na autossustentação financeira da entidade. Só com unidade e resistência vamos conquistar um Sindicato cada vez mais forte e mobilizado para continuar a construir a história de luta em defesa das e dos jornalistas, do Jornalismo e da Democracia”, ressaltou a secretária de sindicalização do SJSP, Lílian Parise.

Sob o lema #OSindicatoSomosNós, a campanha relembra momentos recentes nos quais a categoria se uniu em defesa dos seus direitos e saiu vitoriosa. Entre os momentos significativos, o Sindicato destaca as assembleias realizadas na pandemia que reduziram os danos provocados pela Medida Provisória 927, por meio dos acordos coletivos firmados por empresa que amenizaram os efeitos catastróficos previstos pela MP, e a paralisação de jornalistas do segmento de jornais e revistas da capital que garantiu a reposição da inflação dos salários após uma campanha salarial dura que já se estendia por meses.

O balanço financeiro do primeiro trimestre de 2022 demonstra que o Sindicato possui mais despesas do que receitas, fato que preocupa a diretoria. Com mais sindicalizadas e sindicalizados, o SJSP não só alcança a autossustentação financeira como amplia sua capacidade de estar ao lado das e dos jornalistas em todo o estado de São Paulo.

O presidente do SJSP, Thiago Tanji, destaca que a sindicalização é vital para a entidade, por ser o elemento que dá sentido à própria existência do Sindicato, além de garantir sua continuidade como instrumento de luta e de organização da categoria.

Para alcançar a meta da Campanha de Sindicalização, membros da diretoria re-

DIRETORES VISITARÃO REDAÇÕES E BUSCARÃO DIALOGAR COM A CATEGORIA EM TODOS OS LUGARES NOS QUAIS OS JORNALISTAS ESTÃO, PARA MOSTRAR A IMPORTÂNCIA DO SINDICATO

alizarão visitas às redações e atividade: “Sabemos que teremos que batalhar muito, não apenas da maneira tradicional, mas verificando como conseguimos dialogar em todos os lugares nos quais hoje os jornalistas estão: no local de trabalho, pela internet e outros canais. É um trabalho que teremos que realizar, necessariamente. Além disso, toda a diretoria, amigos e amigas do Sindicato estão convocados a participar da Campanha de Sindicalização, falar com as pessoas e mostrar a importância do nosso Sindicato”, reiterou Tanji.

Atualmente, o processo de sindicalização é muito simples, e pode ser realizado totalmente pelo site no sindicato graças à Sindicalização Online. No entanto, também é possível ser uma sindicalizada ou sindicalizado preenchendo a ficha com os dados necessários e requeridos pelo nosso Estatuto junto com um dos membros da diretoria, presencialmente nas redações, ou da secretaria do Sindicato.

Outras medidas

Quem já é sindicalizado pode contribuir de outra maneira. Além de convidar colegas para a sindicalização, é possível pagar um valor superior à atual mensalidade sindical por meio da mensalidade solidária. Neste outro modelo, cada sindicalizado escolhe o valor a mais que irá pagar ao SJSP tendo como referências os valores de R\$ 60 (interior e litoral) e R\$ 100 (capital). ■

ENTREVISTA

Rubens Valente

por Décio Trujilo
Joanne Mota
Larissa Gould
Paulo Zocchi
Priscilla Chandretti

“VIVEMOS O
MOMENTO
MAIS GRAVE
PARA O
JORNALISMO
DESDE O FIM
DA DITADURA”

Nascido no Paraná, em Goioerê, Rubens Valente se mudou para Mato Grosso do Sul em 1979 e tornou-se repórter em 1989. Em Cuiabá, começou a trabalhar na então Agência Folha, da *Folha de S.Paulo*. De lá para cá, o jornalista passou, entre outras empresas, por *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *UOL*. Ganhou 20 prêmios nacionais e internacionais, como o *Esso de Reportagem* (2011), além de cobrir momentos históricos do país, como os recentes assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips.

Embora seja um repórter consagrado, Rubens Valente virou notícia mesmo depois de sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em maio deste ano. A decisão penalizou o autor do livro *Operação Banqueiro* por citações ao ministro da corte Gilmar Mendes. A obra relata, em minuciosa reportagem, o caso Daniel Dantas, banqueiro preso, em 2008, em operação da Polícia Federal.

De autoria do próprio ministro do STF, a ação judicial contra o jornalista alega “danos morais”. Valente foi condenado a pagar indenizações de mais de R\$ 300 mil. Há também a determinação de que, caso a obra receba nova tiragem, tenha incorporadas, na íntegra, a petição inicial da ação de Mendes e a sentença judicial, somando ambas mais 200 páginas – decisão que equivale a um ato de censura.

O caso foi denunciado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e seus sindicatos associados e levado ao congresso da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), em junho de 2022, em Omã, que aprovou uma posição unânime de apoio ao jornalista.

Nesta entrevista, Valente nos conta um pouco sobre sua carreira, narra o impacto da condenação pelo STF e a importância da solidariedade que recebeu, fala sobre a cobertura jornalística em áreas de conflito e também sobre a importância do jornalismo e de suas entidades representativas para o pleno exercício da democracia.

ENTREVISTA

Como a atual conjuntura de ataques sistêmicos à liberdade de expressão influencia no trabalho jornalístico?

Vou chover no molhado, mas tem de ser repetido: vivemos o momento mais grave do jornalismo desde o fim da ditadura.

A imprensa sempre teve uma relação atritada com o poder ao longo desses anos todos de democracia. Seja mais, ou menos, houve atritos que ganharam repercussão. Esta relação deve ser assim, pela própria natureza da imprensa de buscar a contradição. Não é novidade. Esse tipo de atrito vinha ocorrendo, e eu acho até salutar.

Mas o que estamos vivendo é coisa completamente diferente. É uma tentativa de destruição do papel do jornalista como intermediário entre o fato e o público, a destruição do papel como observador ou intérprete da realidade. O presidente da República quer destruir essa função. Por isso, nos chama de urubus, nos manda bananas. Esse processo de erosão da imagem dos jornalistas é pensado, é estratégico. Bolsonaro quer falar direto com o seu público, pelo WhatsApp e pelas redes sociais, e tem conseguido...

O jornalista, a depender do governo atual, não existiria; a realidade é essa. Isso se manifesta de diversas formas: com a fala incendiária, irresponsável, dele (porque insufla seu eleitorado contra os jornalistas que estão em campo, trabalhando, tentando fazer seu ofício), com seu discurso de ódio que estimula a violência no final da cadeia. Também se manifesta na recusa da prestação das informações aos jornalistas. Já perdi a conta de quantos e-mails mandei nos últimos três anos, telefonemas, jamais respondidos, em todas as áreas que vocês possam pensar. Também se manifesta na quase anulação da Lei de Acesso à Informação, por meio de “truques” que o governo foi implantando, como inserir informações pessoais em documentos gerais para torná-los secretos por 100 anos.

Ele desencadeou uma guerra ao jornalismo. E nesse processo de radicalização, foi ganhando a adesão de servidores do primeiro escalão, lógico, e também do segundo e do terceiro. Você vê técnicos da Controladoria Geral da União (CGU), que deveriam trabalhar pela transparência, apoiando o discurso anti-imprensa nos despachos. Ou seja, se espalhou pela máquina governamental como um todo.

Falando sobre o seu caso com o ministro Gilmar Mendes. Quais são os principais erros que marcaram o processo?

Acho que o meu caso tem aspectos importantes, começando pela forma como transcorreu a ação. Não foi apresentada nenhuma prova, não houve perícia no meu livro. Eu nunca fui ouvido! Nenhuma testemunha nunca foi ouvida! Fui condenado pelo que o ministro Gilmar Mendes disse na petição. A condenação é basicamente uma réplica do que ele falou, muito embora o juiz de primeira instância tenha negado tudo (as



**Acompanhando
marcha do MST
nos anos 90 em
Mato Grosso**



POR QUE A LÓGICA DO MINISTRO PREVALECEU? TENDO A ACREDITAR QUE É PORQUE ELE EXERCE UM ALTO PODER DENTRO DO JUDICIÁRIO

instâncias superiores reverteram a decisão).

O outro aspecto é que condenou-se o meu livro ao banimento no Brasil. Pela primeira vez na história, o Supremo Tribunal Federal mandou que, na próxima edição, eu insira a petição do ministro e a decisão final do Judiciário. Isso torna inviável o meu livro economicamente. Também do ponto de vista intelectual, moral e ético, recuso-me terminantemente a fazer uma fraude no meu livro, pois incluiria 200 páginas que não são de minha autoria.

O Gilmar Mendes, que é um escritor reconhecido, poderia fazer um livro próprio dele. É da democracia. E dizer que meu livro é uma porcaria. Ele, como figura proeminente, certamente teria uma editora. Mas ele optou pelo caminho de usar a própria Casa para fazer isso.

A saída possível, nesse caso, é uma mudança de cultura no Judiciário. O Judiciário tem que ter o cuidado e a atenção de perceber que, quando um magistrado move uma ação contra alguém, contra qualquer pessoa, atenção: não podemos transformar esse processo num rito sumário. É preciso o contraditório, é preciso haver uma perícia, uma segunda voz.

Eu queria que meu livro fosse analisado por professores de jornalismo, de direito ou de letras. O ministro alega que eu escrevi coisas que não escrevi. O processo é kafkiano nesse sentido.

Por que a lógica do ministro prevaleceu? Tendo a acreditar que é porque ele exerce um alto poder dentro do Judiciário, tem um status enorme. Um ministro do Supremo é ouvido, por exemplo, em nomeações para o segundo e o terceiro escalões em tribunais federais. A imprensa relata almoços, conversas, jantares, do senhor Gilmar Mendes com os presidentes da República, da Câmara, do Senado. Então, a paridade de armas inexistiu nesse caso: é o que dizemos em todo lugar. Eu, um mero repórter que escreveu um livro, contra um ministro que dialoga e tem uma ampla influência no Judiciário, que vai julgar o que ele alegou.

O Judiciário deveria, a partir de agora (mas creio que não vai acontecer), ter extremo cuidado quando um juiz move uma ação. Sendo bem sincero, se conseguíssemos perícias ou testemunhas dizendo que meu livro foi difamatório, eu não teria nem discutido, nem teria recorrido agora à Organização dos Estados Americanos (OEA). Eu me renderia às evidências. Mas

não foi o que aconteceu; foi a palavra dele que me condenou. É preciso que os próprios magistrados se conscientizem desse problema, desse conflito de interesses.

O Conselho Nacional de Justiça deveria justamente fiscalizar isso...

É uma dessas coisas bem brasileiras: o CNJ não tem o poder de olhar o Supremo. Ele existe para todo o Judiciário, exceto para o STF.

Eu e meus advogados acreditávamos, até o final, na Justiça. Hoje, quero dizer que minha confiança no Judiciário é zero. Tanto é que fomos à OEA para denunciar o que consideramos um atentado à liberdade de expressão.

Veja ainda a questão do valor da indenização à qual fui condenado, de R\$ 319 mil. Já existe uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) do próprio Supremo dizendo que, quando um agente público ganha uma ação de alguém, o valor deve ser módico. Esta é a determinação do plenário do STF, avaliando que um valor alto atrapalha o “necessário escrutínio da cidadania”. Pois no meu caso aconteceu o contrário, e os parâmetros legais não foram observados.

Com base nessa decisão, como você vê o papel do Supremo no quadro institucional do país hoje, quando o próprio STF ataca a liberdade de imprensa?

Quando eu escrevi o livro, a minha intenção era mostrar como um processo judicial pode ser guiado por razões pessoais, convicções, ódios. Sempre digo a todos os colegas: não existe juiz técnico. A decisão judicial é política e é técnica. A intenção do meu livro era desmistificar a técnica do direito, que vai até certo ponto. Aliás, é bom que seja assim, senão teríamos um computadorzinho: a gente alimentaria o computador, e ele soltaria a decisão. Então, fazer política, em si, nem sempre é ruim. É importante que tenha conteúdo político. Agora, o que eu pretendia alertar no meu livro é que essas decisões não podem ser encaradas de forma ingênua pela imprensa, por todos nós. Não sei quem cunhou a péssima frase “decisão judicial não se discute, se cumpre”. Eu sempre digo: “Decisão judicial se cumpre e se discute”. Do contrário, teremos determinando os rumos do país 11 pessoas que não foram eleitas para isso; todas foram indicadas num contexto político.



FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Rubens Valente

Trabalhando na pesquisa para seu livro em 2013 na cidade de Benjamin Constant (AM)

Eu nunca quis ser notícia, o repórter foge disso. No meu caso, infelizmente, tornei-me notícia, o que ilustrou tudo o que escrevi no meu livro.

O Supremo mandou um recado ao conjunto da sociedade brasileira: “Existe um limite à liberdade de expressão: nos questionar. Não mexam conosco.”

Já existe um impacto entre os jornalistas, que pensaram dez vezes antes de contar a trajetória de Kassio Nunes Marques, ou de Toffoli. Eu entendo a baixa repercussão do meu caso e de outros do gênero. A imprensa tem um medo terrível do que possa acontecer. Esses ministros podem definir a saúde financeira de uma empresa, podem cassar uma concessão de TV: basta que entendam que há os pressupostos, o que, novamente, é uma questão política.

Como a decisão do STF te afetou no âmbito pessoal, de vida e de trabalho, e, no segundo momento, as manifestações das entidades dos jornalistas?

Afetou bastante. O principal é o enorme tempo perdido. Em todo esse processo de oito anos, a cada recurso, a cada movimentação, eu tinha que parar tudo o que estava fazendo. Tudo isso consome tempo. Além disso, uma publicação chamada *Consultor Jurídico* usou meu livro para uma campanha de difamação, com mentiras atrás de mentiras. Para você desmontar isso é quase impossível. Tá o sentido da campanha difamatória: colocar a dúvida, colocar a mancha.

Além de tudo isso, há o desgaste econômico. Gastei, nesses oito anos, uma soma considerável com honorários advocatícios. Meu contrato com a Geração Editorial previa metade dos custos para mim e metade para a editora. Assim, também vai contaminando o trabalho jornalístico, porque a empresa sabe que o ministro tem uma demanda contra mim. Até que ponto é interessante para a empresa manter um profissional com uma disputa desse tamanho com um ministro do STF?

Depois, houve o grande desgaste da condenação, inclusive na família e com meus amigos. Por exemplo, no Dia das Mães, minha mãe, que tem 93 anos, me telefona e pergunta: “Rubens, é verdade que você vai ser preso pelo Supremo?”. Então, tendo trabalhado dentro da lei, você tem que explicar à sua mãe de 93 anos que não é um fora da lei. Os danos são enormes.

“

EU NUNCA QUIS SER NOTÍCIA, O REPÓRTER FOGUE DISSO. NO MEU CASO, INFELIZMENTE, TORNEI-ME NOTÍCIA, O QUE ILUSTROU TUDO O QUE ESCREVI NO MEU LIVRO

Quanto às entidades de jornalistas, foi uma grata surpresa que muito me comoveu. Perceber essa solidariedade de pessoas que são meus amigos e também de pessoas com as quais falei apenas uma vez na vida. Para mim, o que aconteceu mostrou que valeu a pena. A solidariedade, inclusive das entidades jornalísticas, me surpreendeu. Por esse lado, foi uma vitória do jornalismo. Das muitas doações que recebi (para pagar a indenização, NdR) – e mais de 2.500 pessoas participaram –, algumas tiveram valores expressivos, mas outras que também me emocionaram muito foram de 5 reais, 10 reais, e me mandavam mensagens dizendo: “É o que eu tenho para te ajudar agora”. Acho que é importante frisar que mais de 70% dos que me procuraram diziam: “É para a imprensa não se curvar”, “é para manter o trabalho do jornalismo”. Considero que não foram doações para mim, mas para a ideia do jornalismo. Se fosse outra pessoa, tenho a certeza de que haveria uma reação semelhante, pois as pessoas entenderam que o que está em jogo vai além do meu caso, ao virar jurisprudência.

Tivemos recentemente os terríveis assassinos de Bruno Pereira e Dom Philips no Vale do Javari. Como tem sido a cobertura jornalística na Amazônia?

Eu acho que os assassinatos do Bruno Pereira e do Dom Philips são um símbolo do que vem sendo denunciado desde 2019. Mostra como o discurso do presidente Bolsonaro tem sido usado por vastas regiões no interior do Brasil para justificar crimes ambientais. Como houve um empoderamento desses setores que desafiam a lei nas terras indígenas e nas unidades de conservação.

O Bruno é morto no contexto de uma traição do Estado brasileiro a ele. Bruno era um técnico indigenista aprovado em concurso público em 2010, na Funai, e desempenhava aquilo que era a sua função legal e ética: combater os ilícitos na terra indígena Vale do Javari. E quando vem o governo Bolsonaro, ele é extirpado do comando das ações da Funai. É destituído e não se conforma, porque sabe que, lá na ponta, os indígenas sofrem com o aumento das invasões, a insegurança, a violência. Então tira licença e volta ao Vale do Javari, agora na condição de consultor da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Toda a região entendeu

o que aconteceu. Todos os malfeitores da região souberam que o governo virou as costas para o Bruno.

Conhecia o Bruno há nove anos e tenho a certeza da correção de suas ações. Era uma pessoa que não gostava de holofotes. Várias vezes, solicitei-lhe uma entrevista, e ele me deu uma na vida – uma entrevista em nove anos. A morte acontece nesse contexto do abandono do Estado na região e do empoderamento dos grupos que desafiam as leis que protegem o meio ambiente.

Infelizmente, tivemos também o Dom Philips, repórter super conceituado, muito querido e reconhecido pelo seu trabalho na Amazônia. O Dom, como todo bom repórter, fareja a notícia e vai onde ela está. Olhando agora, podemos ver o quanto ele estava correto no que fez. Percebeu o papel do Bruno nesse contexto histórico, viu a gravidade do que estava acontecendo e foi ao encontro do Bruno para narrar a sua atividade. Então, o Dom não se expôs a nenhum perigo indevido; estava fazendo o seu trabalho de repórter.

Refizemos essa viagem de Dom e Bruno pela Agência Pública e pude constatar que é um rio tranquilo, largo, sem corredeiras, com as margens habitadas. Esse trecho no qual foram assassinados é fora da terra indígena, ou seja, é um lugar no qual não há indígenas isolados. Era um trabalho jornalístico totalmente pertinente, correto. De certa forma, até seguro e simples, pois uma hora e meia de viagem na Amazônia não é nada. Isso tem que ser repetido, porque o presidente da República, de forma injuriosa, inflamatória, disse que esse trabalho do Dom era uma aventura, e nunca foi, era uma viagem simples.

A última mensagem que eu troquei com Bruno foi quando ele colaborou com a vaquinha para pagar a indenização do Gilmar Mendes. Eu agradei o apoio, e disse a ele que não sabia como poderia pagar um dia. E ele disse: “Não, você pode pagar com uma cerveja e resolva essa bronca logo”. De forma triste, amarga ironia, sou eu colaborando com uma vaquinha para as famílias de Dom e Bruno.

Você chegou ao Vale do Javari poucos dias depois do desaparecimento de Bruno e Dom. Como foi fazer essa cobertura? Qual foi sua impressão da apuração do crime?

Foram 21 dias em Atalaia do Norte, a cidade mais próxima do Vale do Javari.

ENTREVISTA



ARQUIVO PESSOAL

Rubens Valente

Entrevistando o líder yanomami Davi Kopenawa em Brasília em 2018

Eu cheguei em 9 de junho, quatro dias depois do desaparecimento, e antes que os corpos fossem encontrados. Nesse momento, havia uma intensa presença dos meios de comunicação, tanto nacionais quanto estrangeiros.

É o momento de trabalho mais intenso, o factual. Depois, vem um segundo momento, quando as equipes começam a ir embora. Na Agência Pública, dissemos: “Vamos ficar, porque agora é que algumas realidades podem vir mais à tona”. E foi o que aconteceu.

Fomos hostilizados por dirigentes das entidades de pescadores no ginásio de Atalaia. A partir do microfone, jogaram a plateia contra os jornalistas, dizendo que “a Globo, o SBT, a Record estão falando mal do município, dos pescadores”. Ali, a gente começou a ver a outra face, que até então não se via, porque a população estava impactada com tudo. Comecei a ver a dimensão do risco da cobertura na região.

Depois do décimo dia, o cenário mudou de vez. Um morador aproximou-se e começou a me questionar por que não divulgávamos a morte de não-indígenas por indígenas isolados. Crescia a tensão. Começamos a ouvir justificativas para os assassinatos. E olha que é uma região não-bolsonarista: na campanha de 2018, Haddad teve 82% dos votos no 2º turno.

Num terceiro momento, veio um problema com as Forças Armadas. Os indígenas, numa audiência, começaram a denunciar a pouca ação do Exército no combate aos crimes na região. Perguntei ao general: “Como o senhor responde a essas críticas?” Ele não quis nem me dar o sobrenome dele. Eu me apresentei, e ele respondeu: “Mande um e-mail ao Ministério da Defesa”. Neste momento, fui dar um passo atrás para acompanhá-lo e levei um encontrão de um coronel, barrando o caminho. Falei que não precisava me empurrar, e afirmei: “Lamento, general, que o senhor não queira falar. Vou mandar um e-mail para Brasília, mas o senhor está aqui ao meu lado, e as críticas são ao senhor, ao Exército local.”

Na sequência, sentei-me e abri o computador para escrever. Meu colega José Medeiros, repórter fotográfico, percebeu tudo nas minhas costas: registrou o coronel que tinha me dado um encontrão conversando com outro militar, que, na sequência, começou a fotografar pelas



OS ASSASSINATOS DO BRUNO PEREIRA E DO DOM PHILIPS SÃO UM SÍMBOLO DO QUE VEM SENDO DENUNCIADO DESDE 2019

ESSE É O PLANO BOLSONARISTA PARA O INDÍGENA: QUE ELE DEIXE DE SER

minhas costas a tela do meu computador. José fotografou tudo isso, abordou o militar dizendo que ele não podia fazer isso, perguntando por que ele estava fotografando a minha tela. O militar se assustou e saiu da sala. Fui até o corredor e gravei em vídeo ele dizendo: “Não vou te dar nenhuma informação”. Ele não negou. Moral da história: não é simples fazer jornalismo nessa região.

Como a política de Bolsonaro impacta em tudo isso?

O governo Bolsonaro é apoiado por pelo menos três grandes forças: o agronegócio, as Forças Armadas e um grupo de evangélicos (é importante nunca generalizar). Essas três forças, infelizmente, também têm uma visão própria do indígena. Esses três grupos estão ditando a política indigenista de Bolsonaro. E um desses, em especial, comandou o Brasil por 21 anos, que são os militares. É impressionante encontrar esses paralelos, de políticas indigenistas que foram usadas e depois abandonadas, arquivadas pela democracia, e que retornam 40, 50 anos depois. Uma visão que é, no final das contas, genocida.

Os governos civis desde 1985 passaram a fazer uma reflexão sobre o papel do indígena na vida brasileira, e começaram a elaborar uma ideia de que cabe a eles, sim, sair ou não do isolamento voluntário, dar opinião final sobre os projetos que afetam suas terras. Essa visão começou a ganhar corpo no Brasil, dentro da máquina de Estado, na forma de instruções, portarias, definições doutrinárias etc.

Com o governo Bolsonaro, tudo isso passa a ser revisto, recauchutado, arquivado, modificado, transformado. Esse é o plano bolsonarista para o indígena: que ele deixe de ser.

É caro fazer jornalismo na Amazônia?

Infelizmente, a imprensa deu passos atrás na cobertura do Brasil. Até os anos 90, sabia-se que era necessário o olhar jornalístico sobre o interior brasileiro. Isso foi mudando: a imprensa começou a cobrir o poder. Foi um sinal inequívoco de uma decisão editorial. Os jornais tinham muitos correspondentes nos estados. Era uma visão importante, porque os jornalistas tinham relativa independência editorial para relatar problemas nos estados. Não estavam diretamente vinculados ao poder local, como a imprensa regional está.

Então, a atividade torna-se cara porque a imprensa abdicou desse papel. Se você tem uma estrutura mínima na região, o custo diminui. Mas também quero dizer que o custo da cobertura não deve ser usado como justificativa, porque cabe à imprensa encontrar os meios financeiros necessários para tanto. A imprensa deveria fazer uma reflexão profunda sobre o papel dela para o Brasil, sobre o que o Brasil representa para o veículo.

Sabemos que a busca pela audiência, pelo engajamento, dita o comportamento da mídia, mobiliza dinheiro, tudo isso. Mas sabemos que a imprensa tem um papel social, político, de formação de novas gerações também. Então, você tem um correspondente em Manaus, e a Amazônia envolve nove estados. Eu sempre digo que você tem mais brasileiros na Amazônia legal do que em São Paulo, na região metropolitana inteira. Ter um repórter só, baseado em Manaus, mostra algo muito errado.

As entidades sindicais assumiram a sua defesa e desenvolveram uma campanha em seu apoio. Aprovamos na Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) reforçar o pedido junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Como você vê a atuação das entidades sindicais dos jornalistas?

Acho que esse trabalho é fundamental. Não só no meu caso específico, como em outros momentos, as entidades têm se manifestado, denunciando as arbitrariedades, as irregularidades. Esse trabalho, ainda mais num governo autoritário civil-militar como o nosso, torna-se imprescindível. E também no campo dos direitos trabalhistas, que reputo como da maior importância. Quantos reajustes salariais tive ao longo da vida graças às entidades sindicais. Jornalistas que eventualmente têm críticas são beneficiados pelo trabalho sindical, quer queiram ou não. Acho que tudo que temos vivido, a precarização do trabalho no Brasil, de modo geral, e em todos os níveis da vida, tem despertado uma consciência maior da necessidade de sindicalização. Uma consequência colateral dessas reformas é o aumento da consciência da necessidade da união dos trabalhadores. Ainda é pequena, mas deve aumentar. Não há outro caminho: ou os jornalistas se unem ou serão tragados cada vez mais por essa precarização. ■

COJIRA



FOTOS: ELTON SANTANA

Ato do Movimento Saracura Vai-Vai no local onde está sendo construída uma estação de Metrô no bairro do Bixiga

Conectando o passado ao presente

Do busto de Luiz Gama ao recém-descoberto sítio arqueológico do Bixiga: o papel da imprensa na preservação da memória

Por **Thais Folego Gama**

“É um pedaço da África. As relíquias da pobre raça, impelida [sic] pela civilização cosmopolita que invadiu a cidade depois de 88, foi dar ali naquelas furnas. Uma linha de casebres borda as margens do riacho”. Assim descreveu o jornal *Correio Paulistano* a região do vale do rio Saracura, onde hoje fica o bairro do Bixiga em São Paulo, no dia 9 de outubro de 1907. Nessa região foi localizado neste ano o Sítio Arqueológico Saracura, local onde ainda é possível encontrar sinais do Quilombo da Saracura do início do século 20. Os artefatos foram encontrados no início das escavações da obra da futura Estação 14 Bis da Linha 6 – Laranja do Metrô.

“O papel da imprensa tem sido fundamental para comprovarmos fatos do passado, mesmo que eles sejam negligentes em relação à importante contribuição negra”, diz Cláudia Alexandre, jornalista, pesquisadora de tradições afro-brasileiras e integrante do Movimento Saracura Vai-Vai. Formado por moradores do Bixiga, ativistas, multiprofissionais e agentes da sociedade civil, o movimento reivindica a preservação do sítio, que foi parte do Quilombo Saracura e da histórica quadra da escola de samba Vai-Vai. “É exatamente o que está acontecendo com a atuação do Movimento Saracura Vai-Vai. Antigas reportagens e colunas de jornais atestam a presença negra e a existência do antigo Quilombo Saracura. Um Quilombo que a história oficial não registrou dignamente”, conta Cláudia.

Como outros bairros de São Paulo, o Bixiga é objeto de uma disputa de narrativa histórica entre o movimento negro e a descrição do bairro como sendo de imigração italiana, “narrativa reforçada pela imprensa hegemônica, mesmo a imprensa negra reivindicando a história negra no bairro há décadas”, lembra Adriana

ANTIGAS REPORTAGENS E COLUNAS DE JORNAIS ATESTAM A PRESENÇA NEGRA E A EXISTÊNCIA DO QUILOMBO SARACURA, CUJOS VESTÍGIOS FORAM ENCONTRADOS NAS OBRAS DO METRÔ



Terra, jornalista, moradora do Bixiga e pesquisadora das relações de pertencimento ao bairro no mestrado em estudos culturais. O mesmo ocorre com o bairro da Liberdade, cuja memória e histórias negras são reivindicadas e preservadas pelo movimento negro, mas cuja estação do Metrô foi recentemente alterada para Japão-Liberdade, demarcando apenas a imigração oriental.

A cobertura e a conscientização da imprensa têm ajudado o Movimento Saracura na sensibilização pública sobre o tema e o conectado historicamente a casos semelhantes, como o Sítio Arqueológico Cemitério dos Afritos, encontrado no bairro da Liberdade em 2018. “Essa questão das descobertas de sítios arqueológicos era muito elitizada e não tinha muita cobertura pela imprensa. Isso mudou com o Sítio Arqueológico dos Afritos, que ganhou grande repercussão e chamou atenção da opinião pública”, conta o escritor e jornalista Abílio Ferreira, que se dedica à pesquisa e resgate de figuras históricas apagadas da memória oficial. Segundo ele, a relação entre os dois sítios é obrigatória, pois faz parte de pautas que são sistêmicas.

Quando grandes veículos são tocados pela relevância da pauta e abrem espaço para apuração dos fatos, para além do registro público, legitimam a importância de pautas que abordem e unam as me-

mórias negras e o processo histórico das grandes cidades e seus bairros, explica Cláudia Alexandre.

O primeiro monumento público na cidade de São Paulo a prestar homenagem a um líder negro foi o busto do abolicionista Luiz Gama, inaugurado em 1931 no Largo do Arouche. A construção foi iniciativa do *Progresso*, um veículo da imprensa negra paulistana que arrecadou fundos para a obra. “Houve uma disputa simbólica: por meio de uma imprensa que era fruto de sua auto-organização, o movimento negro batalhou por cravar na cidade, a essa altura já cheia de homenagens a personalidades locais e nacionais, um representante da herança africana, explicam os pesquisadores Lúcia Klück Stumpf e Júlio César de Oliveira Vellozo em artigo.

O local da construção do busto também é simbólico, pois o Largo do Arouche fica localizado numa região cujas terras eram do juiz Antonio Pinto do Rego Freitas, desafeto público de Luiz Gama. “O contexto e a localização oferecem um significado especial ao busto de Luiz Gama no Largo do Arouche”, diz Abílio Ferreira. Ele conta que Gama utilizava a imprensa para tornar públicos seus embates jurídicos na libertação de pessoas escravizadas. “Ele usava estrategicamente a imprensa como veículo de combate e resistência”, explica. ■

REPORTAGEM

TRAGÉDIA ANUNCIADA

ASSASSINATOS DE DOM E BRUNO ESCANCARAM VIOLÊNCIA, MAS NÃO SÃO CASOS ISOLADOS

por Larissa Gould

N

o início de junho, no quinto dia, Dom Philips, correspondente do *The Guardian*, e Bruno Araújo Pereira, indigenista licenciado da Funai, partiram da comunidade ribeirinha de São Rafael rumo à cidade de Atalaia do Norte (AM). Foi a última vez que foram vistos com vida.

Dom trabalhava na obra *Como Salvar a Amazônia?* e Bruno o auxiliava com os personagens: lideranças indígenas e ribeirinhos. Do desaparecimento até a confirmação de suas mortes, em 18 e 17 de junho, respectivamente, foram dias de angústia e revolta para familiares, amigos e defensores dos direitos humanos.

Dom e Bruno foram perseguidos enquanto navegavam pelo rio Itaquai, assassinados a tiros, tiveram seus corpos esquartejados, queimados e enterrados. A motivação do crime? A tentativa de Bruno de barrar o avanço da pesca criminosa na terra indígena do Vale do Javari.

O brutal assassinado do indigenista e do jornalista escancararam a violência contra ativistas e comunicadores no país, mas não são casos isolados. O Brasil é o quarto país do mundo que mais mata defensores de direitos humanos e ativistas ambientais, de acordo com a organização internacional Global Witness, e era o sexto mais perigoso para jornalistas, como denunciou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2019, atrás de países como Síria e Iraque.

De lá para cá, pouco ou quase nada mudou. De acordo com o Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa da ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), em 2022, o Brasil era o 110º colocado, entre 180 países. Atrás de países como Ucrânia (106º) e Angola (99º).

Mesmo sendo conhecido mundialmente como um país pacífico, o número de mortes de profissionais de comunicação e ativistas colocam o Brasil no patamar de países em guerra. Dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) mostram que, entre 1995 e 2018, ocorreram 64 assassinatos. O estado onde mais jornalistas foram assassinados foi o Rio de Janeiro (CNMP), e a região da Amazônia foi onde mais morreram ativistas (Global

Witness). Em comum? Seja a guerra às drogas, ou contra garimpos e madeiras ilegais, ambas as regiões podem ser caracterizadas como áreas de conflito.

O jornalismo de interesse social é fundamental para a democracia plena, e é ainda mais importante nas chamadas áreas de conflitos, em especial as afastadas dos grandes centros econômicos, que historicamente são negligenciadas pelo poder público. Wilson Reis, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SJPAM), denuncia como a insuficiência do poder público é uma das responsáveis pela situação na região: “A morte de Dom e Bruno foi consequência da ausência de proteção do Estado e do estímulo à invasão e saque das áreas indígenas por parte do próprio governo. Isso tudo se soma e colabora para o cenário de insegurança da cobertura jornalística na Amazônia”.

E, se quase nada mudou, podemos dizer que o que mudou foi para pior. No Brasil, o presidente da República, Jair Bolsonaro, lidera o ranking de ataques a jornalistas, de acordo com os últimos três relatórios de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A violência contra jornalistas e contra a imprensa aumentou vertiginosamente: em 2019, o número de casos teve um aumento de 54,07%, em 2020, de 105,77%, mantendo-se em uma estabilidade perturbadora. Segundo o documento de 2021, “a continuidade das violações à liberdade de imprensa no Brasil está claramente associada à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República.”

Esses ataques fizeram, inclusive, com que o presidente fosse condenado por danos morais à categoria, em ação movida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP). (veja mais na página 4) E, com o aumento dos números de agressões aos profissionais por motivações políticas e a preocupação com o período eleitoral que está por vir e suas consequências para a categoria, o SJSP lançou, em abril, o *Pacto pelo Fim da Violência contra Jornalistas e em Defesa da Liberdade de Imprensa*. O documento já foi assinado por mais de 50 pré-candidatos às eleições proporcionais no estado.

Mas os ataques não são só ao jornalismo. Reis enaltece que a situação de risco na região amazônica é uma combinação entre o estímulo à violência propagada por



Cícero Pedrosa Neto no Vale do Javari durante a cobertura dos assassinatos de Bruno e Dom. Abaixo, no Rio Murucupi, Barcarena-Pará.



ARQUIVO PESSOAL

Bolsonaro e o desmonte de órgãos como a Funai e outros: “Foram desmontados ou estão em processo de desmonte, por meio da redução de recursos para esses órgãos, na precarização e falta de concursos públicos, inclusive na própria polícia de fronteira”.

“Ser jornalista em locais de conflitos exige uma postura crítica”

Se a vida não está fácil para os jornalistas brasileiros, para aqueles que atuam fora dos grandes centros econômicos a situação é ainda mais grave. Sem a estrutura dos grandes centros, esses locais contam com correspondentes dos grandes veículos. Mas a imprensa local e as chamadas mídias alternativas, com recursos e condições financeiras limitadas, têm profissionais sem vínculo empregatício e quaisquer direitos assegurados.

Cícero Pedrosa Neto é repórter da agência Amazônia Real desde 2018 e cobre

meio-ambiente, impactos socioambientais da mineração, populações quilombolas, populações indígenas e conflitos agrários. Para ele, o jornalismo só pode ser considerado como tal se exercer o interesse social: “Sobretudo em se tratando de locais como a Amazônia. Não há nada mais urgente do que cobrir estes cenários. Ser jornalista em locais de conflitos exige uma postura crítica”.

Pedrosa já foi expulso de uma cidade paraense chamada Itaituba, na região do Tapajós, enquanto gravava um episódio de podcast para a Latino USA, da norte-americana NPR, por um madeireiro: “Ele me disse que jornalistas não eram bem-vindos na cidade e que eu saísse dali o quanto antes, se eu não quisesse ‘que minha mãe anoitecesse chorando por ter perdido um filho’”.

Carlos Madeiro é jornalista do UOL desde 2009 e atualmente atua como colunista. Hoje trabalha mais de casa, e por isso se sente mais seguro, mas já passou por apuros. Madeiro lembra do episódio do confronto na cidade de Viana, no Maranhão, em 2017, quando o indígena Aldelir Ribeiro teve as mãos decepadas a golpes de facão em um confronto: “A gente não sabia o que ia encontrar, a gente foi lá e adentrou uma área bem perigosa”. Nessa ocasião, a empresa custeou a viagem e o seguro obrigatório. Lá, de acordo com o profissional, cabe ao repórter saber onde é seguro ou não.



SJPAM

O presidente Sindicato dos Jornalistas AM, Wilson Reis, e representantes de portais e sites de notícias alertam o delegado Thiago Borelli para a garantia do trabalho da imprensa nas áreas de fronteiras do país

No entanto, nunca chegou a ser ameaçado de forma direta. Mesmo assim, Madeiro, que é pernambucano, mas vive em Alagoas, conta que já recebeu muitas intimidações de grupos da elite política e econômica: “Esses grupos se misturam e tendem a fazer com que você tenha medo de falar dessas coisas. E, à medida que você tenta, se não tiver um suporte, se expõe”. Para ele, jornalistas de veículos menores são os que mais sofrem: “matam os pequenos para calar aquela localidade. A elite não se conforma em ver pessoas botando o dedo em coisas já estabelecidas”. Ele mesmo admite que já desistiu de cobrir determinadas pautas por serem perigosas. No caso do *UOL*, a própria empresa orienta os profissionais a não se exporem a riscos.

Situação complicada, já que, para Pedrosa, os jornalistas que trabalham na Amazônia não estão nunca completamente seguros: “Isso inclui desde os riscos diretos à sua integridade física até os perigos que a presença de uma equipe de jornalismo em campo pode representar para as fontes”. O jornalista ressalta que, por maior que seja o risco a que os profissionais de comunicação se exponham, não se compara ao perigo a que uma fonte em situação de conflito está sujeita: “Justamente por isso é preciso sempre avaliar as melhores estratégias para a realização das pautas e, em hipótese alguma, deixar de considerar as ameaças a que estão expostas as pessoas ouvidas nas reportagens”.

“Fundamental para estabelecer a democracia de um país de todos é contar a história de todos”

Para Madeiro, os desafios da cobertura nas áreas de conflitos começam justamente por esse discernimento de entender quais são as áreas mais ou menos perigosas, responsabilidade que ele acredita ficar a cargo dos profissionais. Outro ponto é a escolha das fontes: “Quem buscar? Quais são as fontes confiáveis? Cubro muitos conflitos agrários e as fontes são muito difíceis de acessar. É uma cobertura sempre muito difícil”. Pedrosa elenca ainda outros: “Vão desde a questão da logística, das distâncias continentais da Amazônia até a falta de comunicação”. O jornalista frisa, no entanto, que a ausência de proteção nesses lugares é uma decisão política que impacta as regiões: “São locais onde a polícia não chega, onde o Estado é mínimo

e não tem cobertura de fato. O porquê de esses estados não terem proteção maior é uma questão política”.

Tudo isso faz com que o jornalismo nessas localidades seja ainda mais urgente e necessário. Mas, como se não bastassem todos os riscos, os profissionais ainda enfrentam a barreira do capitalismo de plataforma, como explica Madeiro: “A gente faz histórias que, muitas vezes, não geram repercussão e essa é uma cobrança de todo site, mas faz um esforço de sempre emplacar. Fundamental para estabelecer a democracia de um país é contar a história de todos”.

“As pressões são maiores porque nossas vidas estão implicadas nesta região”

Para Pedrosa, outro ponto a ser considerado é a especificidade de quem é jornalista da e na Amazônia: “Os riscos são



RENNER BOLDRINO

Carlos Madeiro

JORNALISTAS RELATAM RISCOS EM ÁREAS DE CONFLITO: “A MORTE DE DOM E BRUNO FOI CONSEQUÊNCIA DA AUSÊNCIA DE PROTEÇÃO DO ESTADO”, DENUNCIA PRESIDENTE DO SJPAM

outros e bem mais presentes do que para uma equipe de fora que estará por um período na região e logo retornará para sua casa a milhares de quilômetros dali. No nosso caso, amazônidas, não vamos tão longe e, muitas vezes, temos parentes nas regiões onde estão ocorrendo os conflitos. As pressões são maiores porque nossas vidas estão implicadas nesta região. Além dos riscos compartilhamos também símbolos”.

Wilson Reis credita à queda do impresso o enfraquecimento da imprensa na região amazônica. Por lá, o sindicato enfrenta uma grande dificuldade para representar os profissionais, já que muitos deles são freelancers e as empresas se omitem de suas responsabilidades.

Essa característica, como explica Reis, dificulta também a atuação sindical: “Vivemos uma situação de precarização que só avançou e as empresas contratam quando querem uma pauta específica. Há a necessidade de que haja uma orientação [sobre a região] primeiro da empresa, que está pagando o contrato”. O dirigente explica que o sindicato sequer fica sabendo das coberturas, ou só toma conhecimento depois que os problemas já aconteceram, mas mantém contato com as empresas a fim de que se responsabilizem pelos profissionais.

“A gente vive um refluxo [dos direitos trabalhistas] muito grande”

Reis denuncia que a atividade sindical e os trabalhadores estão sob ataque desde o golpe contra a ex-presidenta Dilma em 2016. O presidente do SJPAM aponta que, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, havia se estabelecido condições para as entidades sindicais e os direitos dos trabalhadores avançarem, mas que, “agora, a gente vive um refluxo muito grande”. O grande marco para o sindicalista foi a Reforma Trabalhista, aprovada no governo ilegítimo de Michel Temer (MDB).

“Foi estarecedor”

“Uma sensação terrível. Não os conhecia, mas foi estarecedor. Teve a angústia da espera, mas obviamente a gente sabia que aquilo significava morte”. Foi assim que Carlos Madeiro recebeu a notícia da morte de Bruno e Dom. Para ele, um dos motivos foi a empatia pela situação: “Várias vezes eu fiz coisas parecidas, né?”.

Um das linhas de investigação defende que a função jornalística de Dom não está atrelada ao motivo de sua morte, e que poderia ter sido um “efeito colateral” do assassinato de Bruno, ou, como o próprio presidente Bolsonaro defendeu, que Dom seria o culpado por estar em uma região de alto risco. Para Madeiro, isso não condiz com a realidade: “Bruno indicou a pesca ilegal e o Dom fotografou. Então, sim, esse crime tem tudo a ver com jornalismo. Eles sabiam quem estavam matando. Sabiam que era um jornalista inglês. E não queriam que a informação saísse dali”. O jornalista espera que, desta tragédia, saia pelo menos um efeito prático: o aumento de proteção nestas regiões.

Infelizmente, essa não parece ser a realidade.

A região de Atalaia do Norte é uma região de tríplice fronteira. Reis aponta que a atividade do narcotráfico na localidade consegue interferir nas comunidades ribeirinhas e as autoridades, que deveriam atuar na defesa da soberania do país e na defesa das comunidades, “inexistem, se fazem ausentes e, onde existem, são muito falhas. Com isso, a gente vê o crescimento das atividades ilegais na região”. Tudo isso não só não é combatido como é estimulado pelo governo federal.

Essa também é a impressão de Madeiro: “A melhor coisa que o presidente poderia fazer é não falar as bobagens que fala de jornalistas e do jornalismo. Eu sempre senti, até esse governo, que, se acontecesse alguma coisa, teria acolhida dos órgãos públicos. Hoje é ao contrário, não temos como recorrer e, se recorrer, como no caso do Dom, ele [Bolsonaro] coloca a vítima como culpada”.

Neste sentido, o Sindicato dos Jornalistas do AM se reuniu, no dia 14 de junho, com o superintendente regional substituído da Polícia Federal (PF) Thiago Hauptmann Borelli para tratar da importância da atuação dos jornalistas e a segurança à cobertura jornalística na Amazônia. Reis acredita, no entanto, que as medidas apresentadas pelo Estado são insuficientes: “Nada mudou até agora”.

Para Reis, não há solução com esse governo: “Estamos em uma encruzilhada, apostando em um novo governo que possa abrir espaço para que a nossa construção sindical e trabalhista avance, levando em conta as especificidades de cada região”.

FOTOJORNALISMO



InvisibiliDOWN – Ensaios sobre o racismo e a síndrome de Down

por Thiago Ribeiro

As questões relacionadas à invisibilidade negra na sociedade sempre foram objeto de estudo e pesquisa para mim e também de ativismo e militância. Há mais de 14 anos me dedico à garantia dos direitos humanos para grupos minorizados, incluindo pessoas negras, mulheres, indígenas e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Após o nascimento de meu filho Noah, me deparei com a invisibilidade de pessoas negras com síndrome de Down. A partir daí iniciei novas pesquisas e encontrei publicações dando conta de que a expectativa de vida de pessoas negras com síndrome de Down chegava a metade da expectativa de pessoas brancas. A única explicação encontrada foi a desigualdade social, consequência do racismo estrutural.

Comecei a buscar famílias negras nessas condições e hoje já são mais de 50 famílias cadastradas para o projeto, no Brasil todo. A ideia era descobrir não apenas famílias negras, mas também indígenas e quilombolas: seis famílias já foram fotografadas e as fotos estão disponíveis nas redes sociais do projeto *InvisibiliDOWN*. A iniciativa foi lançada no último dia 21 de março, Dia Mundial da Síndrome de Down, Dia Nacional da Síndrome de Down e Dia Internacional de Luta pela Eliminação do Preconceito Racial.

Iniciamos em julho a segunda etapa do projeto, chamada *InvisibiliDOWN – Eu Existo!*, em parceria com a fotógrafa feminista e ativista Evelyn Ruman, que prevê a realização de fotos de todas as famílias cadastradas no projeto e posteriormente uma exposição com esse material, a partir do Método da Autoimagem, que utiliza a fotografia como ferramenta de intervenção social. ■



No final de 2021, o projeto foi convidado pelo movimento *Eu Em Desconstrução*, coordenado pelo Designer Marcos Guimarães, para participar de uma campanha sobre o capacitismo, chamada “Você me vê como eu me vejo?” e as fotos de Noah foram publicadas na campanha online.



Depois da idealização de *InvisibiliDOWN*, Thiago Ribeiro foi convidado para ser Embaixador do Instituto Jô Clemente, que trabalha pela prevenção e promoção da saúde, defesa e garantia de direitos e pela autonomia e protagonismo da pessoa com deficiência intelectual

BOLETIM

Campanhas salariais

Em rádio e TV, os profissionais propuseram, em julho, renovação das cláusulas, reajuste parcelado de 10,96% para o piso e de 9% para os demais salários, mais um abono de 72% em referência aos valores retroativos, mas seguem sem nenhuma resposta.

Em jornais e revistas da capital, o patronal ofereceu reajuste parcelado pela inflação para o piso, 7% para salários de até R\$ 9 mil e acima, reajuste fixo de R\$ 630. Nas demais cláusulas, o reajuste será de 7%.

Já em jornais e revistas do interior, a categoria enfrenta dificuldades. A convenção não foi estendida pelo patronal que, com o falecimento de seu presidente, tem adiado a negociação. O Sindicato pediu mediação do Ministério Público do Trabalho.

📍 bit.ly/campanhas-salariais

Editora Três: leilão da gráfica fracassa e jornalistas se reúnem com SJSP

O terceiro leilão da gráfica da Editora Três, destinada ao pagamento das dívidas trabalhistas, não recebeu nem mesmo ofertas pelo valor de R\$ 28 milhões, 30% abaixo da avaliação oficial, de R\$ 40 milhões. Para garantir o pagamento dos profissionais, o Sindicato se reuniu virtualmente com dezenas de jornalistas credores que decidiram solicitar à Justiça a realização de uma nova assembleia de credores para que os trabalhadores decidam sobre os rumos da recuperação judicial.

📍 <https://bit.ly/3S7CQqI>

CNN tem surto e SJSP cobra medidas

O Sindicato solicitou esclarecimentos à CNN sobre o surto, relatado por dezenas de jornalistas, que assolou os profissionais com diarreia, dor de estômago e enjoos, tendo como consequência até o afastamento de trabalhadores. Um dos possíveis motivos seria a contaminação da água. A empresa não se posicionou e nem emitiu comunicado interno às equipes.

📍 <https://bit.ly/3A0JBU9>

Prestação de contas do SJSP registra saldo negativo

O Sindicato publicou, para conhecimento de sindicalizados/as e de toda a categoria jornalística, um resumo de seu balancete do primeiro quadrimestre deste ano. Tivemos arrecadação total de R\$ 875 mil, com despesas de R\$ 924,1 mil, o que resulta em déficit de R\$ 49,1 mil no período.

📍 <https://bit.ly/3BOx7jQ>

RESENHA

Romance de Elisabeth se passa na ditadura

por João Marques

Héctor vivia em Rivera, no Uruguai, que faz divisa com Santana do Livramento (RS) e se encantava com o portunhol, que se falava nas duas cidades. “Para os riverenses, o portunhol não é o espanhol mal falado por turistas brasileiros: é seu idioma natal, a língua dos afetos, que dispensa normas ortográficas”. Da doçura e da musicalidade que modulavam as falas, ele nunca se esquecia; por isso, ao entrar para a Universidade de Montevidéu, foi estudar linguística e, em 1959, aos 21 anos, descobriu uma das maiores autoridades em dialetos fronteiriços, veio para São Paulo e ingressou na USP.

Narrado em múltiplas vozes — primeiras e terceira pessoa —, em dois planos — intercalados em capítulos curtos — e em três partes — Anoitece, Noite Adentro e Amanhece —, *Um Dia Esta Noite Acaba*, de Roberto Elisabethsky (Boitempo, 248 págs.) parte do dia 25 de janeiro de 1984, do comício por eleições diretas da praça da Sé, em São Paulo, e, com recursos de *flashback*, constrói um romance histórico, que começa na renúncia de Jânio Quadros, passa pelo golpe de 1964, até chegar à luta contra a ditadura.

Roberto Elisabethsky é dramaturgo, tradutor e roteirista de cinema, foi professor do curso de Rádio e TV da ECA-USP; fascinado por obras que misturam acontecimentos reais e ficção, seu livro

anterior, *Cadafalso*, também é um romance histórico ambientado em período de opressão política, se passa nos anos 1930, acompanha o percurso de duas judias ortodoxas que migram para o Brasil, em busca de uma nova vida e encontram a repressão policial e a perseguição da ditadura Vargas.

Na USP, Héctor conhece Fernanda, colega de faculdade na Maria Antônia, se apaixona por ela, vai morar na sua casa, um sobrado na Frederico Abranches. Aproxima-se dos frades dominicanos, entra para o movimento estudantil, recebe o apelido de Tupamaro. Juntos, ganham um filho, Ernesto, passam a frequentar as missas da Igreja de São Domingos, na rua Caiubi, partem para a militância política e ele acaba sendo preso. Oswaldo Rezende, Luiz Felipe Ratton, Fernando de Brito, Roberto Romano, Magno Vilela, Tito de Alencar, além de Carlos Marighella, são alguns dos personagens desse plano.

Apesar da advertência de que “nas passagens que envolvem personalidades e eventos históricos, a precisão dos fatos foi sacrificada a serviço da narrativa”, Elisabethsky reconstituiu esse período da história do Brasil com bastante rigor e, para isso, tem como referências obras de Alfredo Sirkis, Carlos Knapp, Elio Gaspari, Mário Magalhães, entre outros autores.

Já o primeiro plano da narrativa se passa numa só noite. A personagem Fernanda, tradutora do espanhol, está em casa, assiste ao comício pela televisão e conversa com seu filho, jovem publicitário, e com seu segundo marido, Tomás, executivo de uma multinacional. Com opiniões divergentes, discutem aquele momento da política brasileira e a volta da democracia, até que entra em cena, numa trama tipicamente teatral, uma quarta personagem, a francesa Juliette; pesquisadora acadêmica, traz notícias de Héctor, e as histórias se cruzam num desfecho transformador. ■

DICAS DE LEITURA

Véspera

Carla Madeira

Record, 280 págs.

Autora do sucesso *Tudo é Rio*, segundo livro mais vendido em 2021, seu novo romance é narrado em dois tempos e acompanha o drama de Vedina — esposa de Abel, irmão de Caim —, que abandona o filho.

Concretudes

Franklin Valverde

Patuá, 154 págs.

Seleção da produção do jornalista, escritor e professor universitário, das últimas quatro décadas, reúne poemas concretos, semióticos, visuais, caligramas, fotopoesmas e outros signos visuais.

Todo Tempo que Existe

Adriana Lisboa

Relicário, 136 págs.

A partir da morte dos pais, com narração em primeira pessoa e dialogando com Marguerite Duras, Antonio Callado, entre outros, poeta e romancista lança livro de memórias e reflete sobre a finitude.

Luto: Reflexões Sobre a Reinvenção do Futuro

Jamil Chade

Contracorrente, 172 págs.

Livro reúne reflexões sobre a pandemia e suas consequências, mostra que já vivíamos o réquiem de um mundo insustentável — que só foi agravado — e propõe uma “insurreição das consciências”.

Os Coadjuvantes

Clara Drummond

Cia das Letras, 112 págs.

Romance sobre o mundo das artes e da geração obcecada por imagem. Jovem curadora encontra vendedora ambulante e sua vida ganha um rumo sombrio e imprevisível.

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclubes Vladimir Herzog

Uma Voz Contra o Poder

Clark Johnson (EUA, 2020)

Filme conta a luta de um agricultor, em longa disputa judicial pelo uso de sementes patenteadas, que mudou a relação entre pequenos fazendeiros e gigantes do agronegócio.

📍 Netflix

The Dropout

Elizabeth Meriwether (EUA, 2022)

Série em oito episódios conta o caso de Elizabeth Holmes, poderosa empresária da área da biotecnologia do Vale do Silício que foi condenada por quatro crimes de fraude e conspiração.

📍 Star+

O Banqueiro

George Nolfi (EUA, 2020)

Com Samuel L. Jackson, filme se passa na década de 1950, no Texas, e conta a história de dois empresários afro-americanos que contratam um homem branco para contornar o racismo.

📍 AppleTV+

Renato, Um de Nós

Carlos Pronzato (Brasil, 2022)

Documentário. Membros da Câmara Municipal de Curitiba pediram a cassação do vereador Renato Freitas (PT), por quebra de decoro, injustamente acusado de invadir uma igreja.

📍 <https://youtu.be/H1BCTsXcjWE>



O Banqueiro: nos anos 1950, empresários afro-americanos contratam homem branco para contornar o racismo

Casa Gucci

Ridley Scott (EUA, Canadá, 2021)

Baseado na vida de Patrizia Reggiani, ex-mulher de Maurizio Gucci, membro da família da famosa marca italiana, filme trata de ambição, traição, decadência e assassinato.

📍 Prime Video.

MEMÓRIA



Um dos boletins do Sindicato dos Jornalistas de SP nos quais Henfil colocou seu talento a serviço da organização da categoria

Henfil, o poder do humor contra a ditadura

por Paulo Zocchi

Sindicalizado número 7.607, Henrique de Souza Filho usou, como poucos, o humor e o cartum como armas poderosas contra a ditadura militar. Como se sabe, os ditadores odeiam o riso.

Sob o terrível regime de 64, Henfil tornou-se um nome célebre: designava o mais consagrado humorista e cartunista do Brasil do período.

Vários de seus personagens entraram para a vida dos brasileiros: Graúna, Bode Orelana, Capitão Zeferino, os Fradinhos. As *Cartas da Mãe*, presentes semanalmente na *IstoÉ* a partir de 1977, ganharam notoriedade: os leitores esperavam avidamente a sua publicação, e acabaram incorporadas à icônica canção *O Bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, na alusão à “volta do irmão do Henfil” (referência a Betinho, o sociólogo Herbert de Souza, importante liderança no combate à fome).

Nascido em 1944, em Ribeirão das Neves (MG), Henfil cresceu em Belo Horizonte. Ainda adolescente, adere a movimentos católicos de esquerda (dessa época, vem sua inspiração para criar os Fradinhos). No início dos anos 1960, começa seu trabalho na imprensa como cartunista, na revista *Alterosa*. Em 1965, está no *Diário de Minas*.

Vai em 1967 para o Rio e publica seus quadrinhos no *Jornal dos Sports*. Chega em 1969 ao *Pasquim*, onde encontra Jaguar, Ziraldo, Fortuna, Tarso de Castro e Sérgio Cabral, entre outros. O jornal satírico,

sólido bastião da liberdade de imprensa no pós-AI-5, teve o grosso de sua redação presa em certo momento, mas continuou saindo com grandes tiragens. Henfil amplia a sua notoriedade ao publicar seus quadrinhos também no *Jornal do Brasil*.

Hemofílico, sua doença o leva a viver mais de um ano nos EUA no início dos anos 70. Vai também à China. Essas experiências rendem dois livros: *Diário de um Cucaracha* (1976) e *Henfil na China (antes da Coca-Cola)* (1981).

Henfil desenvolve intensa militância política no final dos anos 1970, na luta pela anistia dos presos políticos. Participa da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e do movimento das Diretas Já (1983-84).

Sua atuação em nosso Sindicato está registrada em inúmeros jornais *Unidade* e boletins *Mural* do início dos anos 1980. Henfil integra a diretoria do Sindicato de 1984 a 1987.

Morre em 1988, aos 43 anos, de aids, contraída em uma das periódicas transfusões de sangue decorrentes de sua doença. Deixa um legado artístico com múltiplas dimensões (fez ainda incursões em teatro e TV), mas sobretudo de renovação profunda do humor no Brasil, ligando-o de maneira visceral à luta contra a opressão e em defesa dos direitos humanos. Como ele mesmo dizia, “o verdadeiro humor dá um soco no fígado de quem oprime”. ■

CONHEÇA OS DOIS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)

1% DO SALÁRIO com TETOS de
R\$ 45 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 70 para a Capital

FIXA

para jornalistas sem vínculo
R\$ 40 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

SINDICALIZE-SE: <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online>
MAIS INFORMAÇÕES: mensalidade@sjsp.org.br ou (11) 94539-8810



COLUNA DO JUCA

Vá para Hungria!

por Juca Kfoury

SERÁ INTERESSANTE FAZER EXERCÍCIO DE FUTUROLOGIA E PENSAR NO PAÍS APÓS OUTUBRO

Está chegando a hora de aqueles que nos mandavam para Cuba, ou para Venezuela, irem para Hungria e viverem sob a proteção do celerado Viktor Orbán, o que comprou toda a mídia e implantou regime de extrema-direita desde a encantadora Budapeste.

Informo desde já que não conheço nem Cuba, nem a Venezuela, e embora reconheça méritos inegáveis na ilha, tenho certeza de que teria vida dura se lá morasse.

Quem ler Leonardo Padura entenderá por quê.

Mas, de volta ao Brasil, será interessante fazer exercício de futurologia e pensar no país após outubro.

Será que os veículos que passaram os últimos anos mentindo descaradamente serão punidos por seus ouvintes, leitores e telespectadores?

Quem passou tanto tempo ouvindo que Lula não podia ir às ruas, que vacinas não são seguras, ou que todas as pesquisas eleitorais são manipuladas, continuará ouvindo sua rádio predileta, lendo o jornal que escreveu ser Lula o extremo oposto de Bolsonaro ou vendo as TVs que abrigaram todos esses produtores de mentiras na emissoras de rádio, jornais e blogues imundos pela Internet?

Tenho quase certeza de que sim.

Não abandonarão os canais de lavagem cerebral aos quais se acostumaram fortalecendo os músculos em academias insalubres e apurando a pontaria em clubes de tiro com suas viseiras impenetráveis e menos de dois neurônios.

Verdade que o dinheiro que manteve tantos veículos via vacinas superfaturadas, rachadinhas, rachadonas e um sem-número de práticas corruptas será mais escasso. Nem por isso as fontes secarão por completo e daí será absolutamente necessário travar batalha diária pela informação correta e pela vigilância permanente, sem complacência ou cumplicidade com os erros que porventura, e certamente, acontecerão.

Vale sempre repetir Millôr Fernandes e lembrar que imprensa é oposição e o resto é armazém de secos e molhados, até para não repetir, e desculpe a repetição, os equívocos cometidos nos governos democráticos desde o fim da ditadura até 2016.

Do mesmo modo que não fomos para Cuba, ou para Venezuela, eles não irão para Hungria, com exceção, talvez e se der tempo, dos sociopatas que mergulharam o Brasil nas trevas.

Combater a mentira é missão permanente.

TRAÇO LIVRE | por PH

